

Funaro garante que Sarney não vetará as emendas feitas no 'pacote' fiscal

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, garantiu ontem que o Presidente José Sarney não vetará as emendas ao "pacote" fiscal aprovado ontem pelo Congresso. Justificou que, como todas as emendas foram negociadas por ele, de acordo com a orientação do Presidente, "não há razão para vetos, até porque elas não alteram a substância do 'pacote' fiscal".

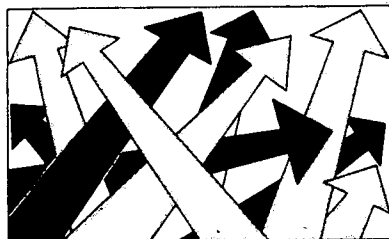
— A aprovação do Programa de Mudanças pelo Congresso Nacional representa o respaldo dos representantes do povo à proposta do Governo — afirmou Funaro, após audiência com Sarney, no Palácio do Planalto.

Funaro, que sempre manifestou confiança na aprovação do Programa pelo Congresso, disse que as mudanças no Imposto de Renda da pessoa física representarão ganho muito grande para os assalariados. Segundo ele, "todos sentirão, a partir de janeiro, a importância das mudanças, que representarão um ganho real para a maioria dos assalariados."

Visivelmente satisfeito com a aprovação do Programa pelo Congresso, o Ministro da Fazenda ressaltou que as mudanças ali inseridas permitirão crescimento sustentado da economia, diminuição das taxas de juros e a execução de um orçamento rígido, reduzindo para 0,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) o déficit público operacional.

— É assim que vamos construir este País — assinalou.

A MUDANÇA



NA ECONOMIA

Funaro afirmou que as emendas ao Programa de Mudanças não alteraram em essência o teor das medidas propostas pelo Executivo. Revelou que analisou as 108 emendas apresentadas na Câmara e negociou todas elas até se chegar à aprovação das 15 emendas na Câmara.

A elevação de dez para 15 ORTNs do limite de devoluções do Imposto de Renda no ano que vem, ano-base 1985, que representará uma perda de receita tributária de Cr\$ 1 trilhão em 86, segundo ele, não compromete as metas de arrecadação fiscal previstas no programa.

Informou que as devoluções do Imposto de Renda no ano que vem, somadas às reduções na retenção do IR na fonte e redução da carga tributária para determinadas faixas de renda, representarão recursos adicionais no bolso do contribuinte de 90 milhões de ORTNs (cerca de Cr\$ 6,5 trilhões, atualmente).